

O problema do País com a comunidade financeira internacional poderá ser resolvido antes do que se esperava se prevalecerem os sinais de boa vontade emitidos pelos países credores e, como se verá abaixo, pelo Brasil: Bresser já fala em pagamento simbólico, depois de

obter ontem, de James Baker, dos EUA, uma avaliação mais positiva sobre seu plano de refinanciamento da dívida. Esse plano, como relata nosso correspondente, *Moisés Rabinovici*, receberá uma contraproposta dos bancos credores na sexta-feira. Na página

ao lado, você perceberá que esse clima de mais boa vontade atinge até o FMI. Confira, na página 12, os novos aumentos de preços que passam a valer hoje: automóveis, pão e farinha de trigo. Na 13, a vitória parcial dos bancários no dissídio julgado ontem: 56,57% de reajuste.

# Bresser já aceita pagar aos credores. Mas é "simbolicamente."

A condição é um avanço nas negociações com os bancos. Ontem o ministro teve um novo, e "cordial", encontro com Baker.

O ministro Bresser Pereira já "não está excluindo a hipótese de fazer um pagamento simbólico, meramente simbólico", dos juros suspensos em fevereiro, como anunciou ontem, após encontrar-se com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker.

A condição que impõe para "um pequeno pagamento simbólico" é que os bancos avancem em suas negociações com o Brasil. O ministro não considera, porém, que isto, se acontecer, significará o final da moratória.

"Se os bancos negociarem bem conosco, nós não excluimos esta hipótese", ele começou dizendo à imprensa, surgindo no saguão do prédio do FMI, após uma conversa telefônica com o presidente José Sarney, na qual relatou seu encontro com o secretário James Baker, pouco antes.

A reunião entre os dois, ao contrário da anterior, no começo do mês, foi considerada "muito cordial, e boa". O próprio secretário Baker o confirmaria, enquanto caminhava para o seu carro, saindo do prédio do FMI.

"O plano brasileiro merece consideração", disse. Quando um repórter lhe perguntou, invadindo o seu carro, sobre o FMI, ele confirmou o que o ministro Bresser Pereira anunciara no dia anterior: "Já indiquei que o Brasil pode ir aos bancos sem o FMI. São assuntos separados". E partiu assegurando que tivera "um bom encontro". A última reunião dos dois, no começo do mês, foi o contrário, com a Secretaria do Tesouro divulgando uma nota oficial, unilateral, para esclarecer que o plano brasileiro então apresentado, transformando metade da dívida em título de longo prazo, com deságio, era *non-starter*.

O ministro Bresser Pereira não daria uma versão mais detalhada do encontro. O que seu porta-voz explicaria, mesmo antes que ele se encontrasse com a imprensa, era que os dois tinham combinado o que diriam publicamente. "A reunião com Baker foi cordial, muito boa. Basicamente, ele disse que a nossa proposta era uma boa base para negociações. Claro que isso não quer dizer que ele esteja de acordo com a proposta. Mas acha que ela é uma boa base, e que as coisas estão começando bem."

O ministro Bresser Pereira disse que não haverá outro encontro com o secretário Baker até sua partida para o Brasil, amanhã. Mas que "resolvemos continuar mantendo contato".

O assunto dominante no questionário ao ministro Bresser Pereira era o pagamento simbólico que os bancos credores há muito pediam, para livrá-los da reclassificação e rebaixamento da dívida brasileira, no dia 26 de outubro. E o ministro Bresser Pereira já admitia o princípio, mas sem fixar quantias nem datas. Num momento, porém, ele declarou que "se for para ser feito, só vale a pena antes do dia 26".

Um jornal do Rio de Janeiro tinha antecipado ontem que um pagamento simbólico estava sendo considerado, e que giraria em torno de US\$ 500 milhões. Ele desmentiu que houvesse qualquer quantia em discussão: "Não, que que é isso? Não há nada decidido ainda. Eu nunca ouvi falar desse número".

O ministro Bresser Pereira repetiu que sempre esteve em consideração a eventualidade de um pagamento simbólico. Agora, as reservas do Brasil permitiriam que a idéia avançasse, como moeda de troca nas negociações. "Avançam os bancos, avança o Brasil." Mas advertiu:

"Se for feito, será uma coisa muito pequena, que não suspende, em hipótese alguma, a moratória. A moratória só será suspensa no dia em que nós tivermos um acordo geral com os bancos".

Do encontro com o presidente do banco Morgan, Lewis Preston, o ministro nada quis dizer. Mais tarde ele ainda se encontraria com o presidente do Bank of America e com os ministros de Economia da França e Filipinas. De manhã, reuniu-se com empresários brasileiros, aos quais explicou que "o Brasil está interessado num acordo com os bancos, mas não o conseguirá correndo". Aí ele também disse que o maior problema enfrentado no dia da apresentação do plano de renegociação, na última sexta-feira, foi o da divisão de encargos, ou como compartilhar a dívida entre os bancos comerciais e as agências multilaterais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Clube de Paris. O que o grupo dos países industrializados concorda com "a idéia de que o dinheiro das agências oficiais é emprestado para investimentos e não para o pagamento da dívida".

## Moisés Rabinovici, de Washington A CONTRAPROPOSTA

O Comitê de Bancos Credores deverá apresentar uma contraproposta ao plano brasileiro de renegociação da dívida, na próxima sexta-feira, durante reunião com os negociadores do Brasil, em Nova York. A informação circulou ontem à noite, durante o coquetel que o presidente do Citicorp/Citibank, John Reed, ofereceu aos participantes da reunião anual do Banco Mundial e FMI.

A contraproposta que o comitê deverá apresentar não foi revelada por nenhum dos banqueiros que confirmava a sua existência. Mas, segundo um deles, "será substancialmente diferente da proposta brasileira".

"O Brasil fez uma proposta, e agora os bancos credores apresentarão outra", explicou uma fonte, sem chegar ao ponto de concluir que uma substitua a outra. "Isto que é uma negociação", acrescentou. Para uns, a contraproposta se justifica porque o plano do Brasil exigirá muito tempo para ser detalhado, sendo intencionalmente genérico e amplo, como se fosse um ponto de partida.

"A proposta é boa e poderá ser aceita pelo Brasil. Nós a consideramos mais viável do que a brasileira porque tem o potencial de acabar com o impasse", disse a fonte.

M.R.



Bresser avisa: ainda não é o fim da moratória.

## NOVOS NÚMEROS

O Brasil transferirá para o Exterior, por conta do serviço da dívida externa, cerca de 2,8% do Produto Interno Bruto, estimado em US\$ 267,8 bilhões, segundo consta da reavaliação do Plano de Controle Macroeconômico apresentada sexta-feira aos membros do Comitê Assessor da Dívida.

Só em desembolsos com os organismos internacionais (FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento) o Brasil consumirá US\$ 1,887 bilhão em bases líquidas, dos quais US\$ 1,391 bilhão com o FMI e US\$ 367 milhões com o Banco Mundial.

A reavaliação feita para os credores internacionais mantém a opção política de atingir o maior crescimento econômico possível, estimado em 5% este ano e 6% em 88. Lamenta que a queda da demanda doméstica (procura por bens e serviços) haja sido maior do que o esperado este ano e nota que, em parte, o superávit comercial, que se manteve em US\$ 1,4 bilhão em agosto, se deve a esse aspecto e à manutenção de uma taxa cambial realística. Mas o objetivo de superávit, com o correr do tempo, não é de US\$ 1,4 bilhão mas de US\$ 800 milhões.

Para 87, estão previstas exportações de US\$ 24,7 bilhões (US\$ 1,6 bilhão a mais do que o previsto anteriormente) e US\$ 15 bilhões de importações (mais US\$ 500 milhões).

A previsão de investimentos é de somente US\$ 500 milhões, por operações de conversão de dívida em capital. Quanto às reservas cambiais, chegavam a US\$ 3.255,9 milhões em junho, tendo evoluído para US\$ 3.476,3 milhões em agosto.

A previsão é de pagar mais US\$ 400 milhões de juros em 1988, por conta de uma esperada elevação da Libor (taxa interbancária de Londres) de 7,5% para 8% ao ano.

Mais juros, e menos recursos das agências internacionais. As estimativas foram revistas para baixo em US\$ 400 milhões do Banco Mundial, este ano, e de US\$ 80 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A parte interna mostra esforços para reduzir o déficit, no conceito de Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP). Depois de um déficit de 2,3% no segundo semestre de 86 e de 2,1% no primeiro semestre deste ano, a expectativa era de uma elevação para 4% no segundo semestre deste ano. O objetivo é reduzir o déficit cortando gastos de custeio e outros (0,9%), com Estados e municípios (0,5%) e com a elevação de preços e tarifas públicas (0,4% do PIB).

Isto está sendo favorecido por uma redução do déficit do Tesouro, como está no texto entregue ao Comitê Assessor e confirmado por uma alta fonte do Ministério da Fazenda, em Washington. Para 88, a previsão é de um déficit de 2% do PIB. Mas, em compensação, também se prevê um aumento da carga fiscal de 10 para 12% do PIB.

Fabio Pahim Jr., de Washington

## RESERVAS EM ALTA

O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, nos contatos que manteve com os credores e as autoridades do governo norte-americano, bem como em numerosos pronunciamentos públicos, sempre condicionou à ocorrência simultânea de dois eventos o pagamento simbólico de uma parcela dos juros vencidos desde 20 de fevereiro: um efetivo progresso nas negociações e a existência de reservas externas compatíveis.

Agora, ao anunciar a disposição do governo de promover o pagamento simbólico, descaracterizando a moratória continuada junto aos bancos privados credores, o ministro deve ter considerado razoável a receptividade dos credores à proposta apresentada na última sexta-feira e adequado o nível de reservas. De fato, no pronunciamento feito perante a Comissão da Dívida Externa do Senado, dois dias antes de viajar ao Exterior, o ministro da Fazenda admitiu que as reservas já estão no patamar de US\$ 4 bilhões, retornando aos valores existentes em 20 de fevereiro (US\$ 3.972 bilhões, segundo o presidente Sarney), data da decretação da moratória.

Qualquer que seja o critério com que sejam consideradas as reservas externas do País, e há pelo menos três, há indicações de que elas estão evoluindo, em decorrência da ação combinada de dois fatores: a suspensão do pagamento dos juros aos bancos privados (US\$ 4,3 bilhões este ano, dos quais US\$ 2,8 bilhões já deixaram efetivamente de ser recolhidos de 20 de fevereiro até agora); a suspensão do pagamento dos juros nos empréstimos concedidos pelas instituições oficiais de crédito (Clube de Paris) e a postergação do pagamento de créditos vencidos junto ao Fundo Monetário Internacional, o que totalizará, até o final do ano, mais de US\$ 6,5 bilhões; e o crescimento do superávit comercial muito além das previsões oficiais.

De uma estimativa inicial de US\$ 8 bilhões foram sendo feitas revisões para cima, especialmente a partir de julho, até atingir a última projeção da balança comercial, que aponta para um superávit de US\$ 9,6 bilhões, portanto com um ganho de US\$ 1,6 bilhão sobre a estimativa do início do ano.

Essa folga permitiu que o Banco Central abrisse inicialmente uma linha de crédito de US\$ 300 milhões, para atender à situação emergencial do financiamento aos exportadores, prejudicado com a moratória, e posteriormente ampliasse essa linha para US\$ 800 milhões, dispondo-se a avançar um pouco mais até o final do ano, caso haja efetiva necessidade.

Extra-oficialmente comenta-se que mesmo um pagamento simbólico de US\$ 500 milhões, quase 20% do que deixou de ser pago de juros de fevereiro até agora, não chegaria a abalar a posição das reservas, pois é esperado um superávit comercial acumulado de pelo menos mais US\$ 4 bilhões no último quadrimestre.